

PANORAMA POLÍTICO



TEREZA CRUVINEL • de Brasília

A tentação de falar

• A lenda é conhecida: presidente FH perde o amigo, mas não perde a piada. Ontem ele perdeu a oportunidade de cumprir a promessa de não comentar a crise do Senado. Já tendo dito que não acreditou no que disseram os senadores Arruda e ACM na acareação com Regina Borges, fustigou o Congresso e a oposição pela insistência na CPI da Corrupção. Deixou alguns aliados preocupados.

Comprar briga com o Congresso agora é a pior política, diz um vice-líder do governo. Hoje a crise está no Senado e a opinião pública ruge contra ACM e Arruda. Amanhã ela pode mudar de lugar e o alvo pode ser o Executivo. Além do mais, Arruda e ACM, por enquanto, não deram um só tiro no governo. Mas, se provocados, podem fazer isso na hora do desespero. O silêncio é a melhor política e o presidente sabe disso. O problema é que ele não resiste à tentação das palavras, diz o preocupado governista.

FH de fato proibiu seus ministros de comentar o que se passa no poder vizinho. Ontem, discursando em Ribeirão Preto, até pregou o diálogo e o entendimento, mas ao mesmo tempo abusou das imagens para cutucar o Legislativo e os que estão em desgraça.

— O Brasil real não é o Brasil da falta de vergonha, da mentira, da esperteza, da infâmia. Não é o Brasil que fica o tempo todo tratando de destruir o outro. Não. O Brasil real é o Brasil que acredita nele próprio, e por isso cresce. E este Brasil é imenso — disse, arran-

cando aplausos dos produtores rurais.

Já os produtores de voto no Congresso não acharam graça. Ainda que o presidente torça mesmo pela cassação de ACM e Arruda, não devia brincar com fogo. Quem faz a advertência conclui o raciocínio montando as três alternativas para a evolução da crise do Senado:

1. Os dois não são cassados, sofrem pena mais branda. Jader Barbalho também sai ileso. Será desastroso politicamente, mas só para o Senado e a classe política. Bom para o governo.

2. O Senado cassa ACM e Arruda, Jader torna-se a bola da vez mas o processo se encerra com a punição dos três. A opinião pública fica satisfeita e se retrai. Bom também para o governo.

3. Os três são cassados mas a opinião pública, insatisfeita, continua cobrando uma faxina ética. Passa a apoiar a CPI, que instalada pode ferir gravemente o governo.

Este último cenário, que levaria a instabilidade política ao píncaro, só ganha força quando o Executivo enfia a mão na cumbuca.



Debate por ora interdito

• O voto secreto vem sendo apedrejado tanto quanto ACM e Arruda depois da violação do painel. Muitos dos que protestam pela internet parecem ignorar que ele só é usado em algumas situações: cassação, eleição das Mesas, apreciação de veto do presidente da República e apreciação, pelo Senado, de nomes indicados para cargos que exigem a aprovação da Casa (diretores do BC, embaixadores, ministros do STF, entre outros). Em todas essas situações, o sigilo do voto protege o parlamentar contra pressões indevidas, principalmente oriundas do Poder Executivo. O debate é inevitável e, em São Paulo, já produziu uma primeira decisão da Assembléia Legislativa, presidida pelo deputado tucano Wal-

ter Feldman. Uma emenda suprimindo o voto secreto foi aprovada em primeiro turno na quarta-feira. Mas, se promulgada, será inconstitucional, a menos que o Congresso altere logo dispositivo da Constituição Federal. Feldman e outros presidentes de legislativos estaduais, congregados na Anale, virão a Brasília tentar convencer Aécio Neves e Jader Barbalho da urgência da mudança. Terão que esperar. Ainda que houvesse consenso, o Congresso não teria a menor condição política de abrir esta discussão antes do fim do processo em curso no Senado. Depois, uma emenda não se aprova da noite para o dia. A emenda paulista ficará no freezer. Para sempre ou por um bom tempo.